

Série II Congresso Latino-americano de
Sociologia do Trabalho

GÊNERO E

TRABALHO NA

SOCIOLOGIA

LATINO-AMERICANA

Organizadoras
Laís Abramo
Alice Rangel de Paiva Abreu

ALAST - Associação Latino-americana
de Sociologia do Trabalho

SERT - Secretaria de
Emprego e Relações do Trabalho
do Estado de São Paulo

1

Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana. Uma Introdução

Laís Abramo
Alice Rangel de Paiva Abreu

Esta coletânea reúne alguns dos trabalhos apresentados no II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, realizado em dezembro de 1996 em Águas de Lindóia, São Paulo, Brasil. Uma das evidências desse Congresso, que reuniu parte importante da produção atual da sociologia do trabalho latino-americana, é que esta vem contribuindo para desconstruir uma imagem do trabalho e da classe trabalhadora que foi dominante em outras etapas de desenvolvimento da disciplina. Essa imagem se apoiava em dois elementos centrais: por um lado, na tendência a buscar uma explicação de caráter predominantemente estrutural para os fenômenos observados; por outro, na tendência a criar um arquétipo homogeneizado do trabalhador: industrial, homem, adulto e branco. A imagem que emerge dos estudos recentes realizados na região sobre o trabalho e a classe trabalhadora, ao contrário, tende a ser muito mais complexa, heterogênea e multifacetada. Um aspecto importante da capacidade de identificar e dar visibilidade a essa heterogeneidade é a incorporação de temas como o de relações raciais e étnicas no trabalho e o do trabalho infantil e juvenil, que, juntamente com os estudos de gênero, vem ocupando um lugar importante na produção recente latino-americana.

A problemática das relações de gênero no espaço do trabalho ocupa, no entanto, um lugar especial nesse contexto, o que se refletiu na programação do Congresso, pois além deste ser o tema central de três grupos de trabalho, cortou transversalmente a discussão de vários outros grupos, bem como dos três simpósios realizados. Os artigos aqui reunidos oferecem um apanhado da variedade de perspectivas e de abordagens através das quais a temática de gênero foi tratada. Três grandes temas emergem desse conjunto.

O primeiro deles está relacionado à presença feminina na indústria e nos processos de modernização tecnológica, tanto na cidade como no campo. A problematização do trabalho feminino, tema clássico dos primeiros

estudos de gênero realizados pela disciplina, reaparece ligada fortemente aos processos de reestruturação industrial nas grandes metrópoles da região, bem como nos novos espaços criados pela agroindústria de exportação. Os estudos analisam uma variedade de situações de assalariamento, que vão desde as que caracterizam as trabalhadoras industriais de empresas em processo de modernização, passando pelas trabalhadoras (de diferentes origens étnicas) das empresas maquiladoras, até as trabalhadoras de setores agrícolas tradicionais e modernos.

O segundo se refere à diversidade de situações de vida e trabalho de mulheres, para além das situações do trabalho assalariado propriamente dito. Os artigos que compõem a segunda parte deste volume nos falam de vários outros tipos de mulheres trabalhadoras: executivas, gerentes, microempresárias. A consideração dessa variedade de situações exige uma ampliação da perspectiva analítica, em especial a capacidade de combinar a análise do trabalho com a análise da família e de incorporar metodologias como histórias de vida e estudos de representações e trajetórias.

Finalmente, um conjunto de artigos está voltado para a discussão teórica, quer através da discussão da literatura recente sobre temas de ponta, como é o caso das tecnologias domésticas ou da relação entre cidadania e trabalho, quer da discussão dos conceitos e indicadores utilizados para medir as realidades do emprego e do trabalho de maneira geral e em particular, a efetiva contribuição da mulher no mundo do trabalho.

A mulher na fábrica e no campo: novos enfoques

A presença da mulher no mercado de trabalho na América Latina é bastante heterogênea, apresentando taxas de participação próximas a dos países avançados no Uruguai, Brasil, México e Venezuela, mas ficando bem aquém disso em vários outros países da região. Um traço comum a todos os países latino-americanos, no entanto, é o crescimento constante de participação feminina no setor de serviços e comércio. Apesar disso, a presença da mulher na indústria não é irrelevante na maioria dos países da região.

No final dos anos 70 e começo dos anos 80, eram frequentes as teses que identificavam o aprofundamento do processo de industrialização na região com a idéia de uma progressiva expulsão da força de trabalho feminina dos setores mais modernizados da economia e seu confinamento no setor de serviços pouco qualificados. Logo, no entanto, verificou-se que os processos de inclusão e exclusão das mulheres no mercado de trabalho são complexos

e pouco lineares, e que uma das contribuições relevantes dessas novas análises é justamente captar esta complexidade. Em meados dos anos 80, no contexto dos processos de globalização e ajuste estrutural, e, particularmente, a partir da disseminação da indústria maquiladora (primeiramente no México e depois no Caribe e na América Central), ganharam visibilidade fenômenos importantes de feminização da força de trabalho em alguns setores industriais e agro-industriais de vários países.

Esse fenômeno, assim como os processos de sentido contrário, ou seja, de “masculinização” da força de trabalho, que tem sido identificados mais recentemente em alguns setores da indústria maquiladora mexicana, reafirmam a importância de estudar o trabalho feminino no coração mesmo das dinâmicas de acumulação, já que, em muitos setores e países, as trabalhadoras estão aí presentes de forma significativa, seja de maneira mais visível (nas empresas grandes e formais, nas pontas das cadeias produtivas), seja de maneira menos visível (nos diversos elos das cadeias de subcontratação).

É fundamental, portanto, na discussão sobre os novos paradigmas produtivos, realizar um duplo trabalho: por um lado, visibilizar a presença das mulheres nos elos inferiores das cadeias produtivas, e, por outro, verificar também o que está ocorrendo com elas nas empresas mais modernizadas do setor industrial.

Algumas evidências das pesquisas realizadas até agora sobre o tema na América Latina parecem indicar que o que está ocorrendo não é apenas um processo de expulsão da força de trabalho feminina em direção aos elos inferiores das cadeias produtivas. Também ocorre um complexo processo de inclusões e exclusões no interior das empresas que compõem cada um dos níveis dessas cadeias (em termos de acesso ao emprego, tipos de contrato, oportunidades de qualificação e treinamento, condições de saúde e segurança) que contém, em alguns casos, elementos de melhoria para as mulheres, assim como, em muitos outros, a reprodução das desigualdades e da segmentação ocupacional existentes.

Três trabalhos são especialmente importantes no sentido de avançar a discussão desses processos. Anne Posthuma utiliza o conceito de exclusão social para analisar a participação feminina recente no mercado de trabalho e apresenta dados relativos a duas empresas da indústria automobilística no Brasil para mostrar como fatores estruturais (segregação ocupacional) e socialmente determinados (definição dos tipos de trabalho como *masculinos* e *femininos*) agem como fatores significativos na determinação do que denomina de “inserção excluída”, que segrega o trabalho feminino em funções menos qualificadas e com menor oportunidade de mobilidade ocupacional.

Ao mostrar a importância da visibilização do trabalho feminino ao longo das cadeias produtivas formadas a partir do intenso processo de terceirização que vem acontecendo na América Latina, Laís Abramo consolida informações de vários estudos realizados na região. Seu trabalho pretende contribuir para a discussão sobre os novos paradigmas produtivos, mostrando que, na América Latina, segundo as evidências empíricas até agora acumuladas, os processos de desintegração vertical das grandes empresas que foram as protagonistas do processo anterior de industrialização, tem significado, em poucos casos, a estruturação de novos tecidos produtivos com as virtuosidades características do modelo da *especialização flexível*. Na maioria deles, pelo contrário, o que vem predominando é a estruturação de cadeias caracterizadas por uma forte assimetria de poder entre empresas e pela constituição de relações de subcontratação a partir de uma lógica de redução custos, com fortes conseqüências em termos de precarização do trabalho, precarização essa fortemente marcada pela variável de gênero (muitas vezes em combinação com variáveis étnicas e de nacionalidade).

A autora chama também atenção para a necessidade de se considerar que, nesse contexto, o novo trabalhador coletivo que se constitui ao longo das cadeias é fortemente segmentado, em termos de suas condições objetivas e subjetivas de trabalho. O mesmo acontece com o ator empresarial, que se redefine e fragmenta. Esses dois aspectos evidenciam a importância do estabelecimento de novas formas de associatividade, regulação e negociação social desses processos.

O artigo de Marcia de Paula Leite e Cibele Rizek sobre processos de reestruturação produtiva em algumas empresas do setor químico-farmacêutico e metal-mecânico, é uma contribuição importante a essa discussão. O resultado das pesquisas realizadas pelas autoras se assemelha ao de outros estudos realizados na Argentina, Brasil e Chile (Hala e Todaro, 1992; Abramo e Armijo, 1995, entre outros), em particular no que se refere à existência de processos significativos de masculinização associados à inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas nas empresas. Nos casos analisados pelas autoras isso ocorre quando se introduzem processos de enriquecimento do trabalho, em particular, quando se produz uma aproximação entre tarefas de operação e manutenção de máquinas. Esse é o momento no qual, freqüentemente, mulheres são substituídas por homens. Mais uma vez, tal como identificado em outros estudos, as razões que podem explicar essa substituição não parecem ser principalmente técnicas, ou seja, não parecem estar referidas a uma suposta incapacidade da força de trabalho feminina para desempenhar tarefas mais qualificadas. A existência de razões

de outra ordem se evidencia, entre outros fatores, na dificuldade das gerências para explicar o processo de exclusão das mulheres.

As autoras encontram também, tal como já apontado pela literatura (Abreu, 1993), vários indícios de taylorização do trabalho feminino, ou seja, do seu confinamento aos postos onde o trabalho continua sendo simples, repetitivo, destituído de conteúdo. Este é um outro lado dos processos de exclusão das mulheres das formas mais qualificadas e enriquecidas de trabalho surgidas a partir da incorporação de inovações tecnológicas e/ou organizacionais.

Se os artigos acima mostram a relevância da incorporação da perspectiva de gênero para qualificar os novos paradigmas de organização do trabalho, ressaltando a importância de tornar visível a segmentação por gênero nos diversos espaços de trabalho, Luis Reygadas discute as relações entre a introdução das novas tecnologias de organização e gestão e a crescente presença das mulheres no trabalho remunerado, invertendo a possível relação de causalidade existente entre esses dois fenômenos. Para o autor, a pergunta central é saber se *“as mudanças em curso nas relações de gênero tem algum impacto sobre a forma como se organiza a produção”*; mais especificamente, de que maneira a feminização da força de trabalho, assim como as mudanças nas relações entre os gêneros, dentro e fora dos centros produtivos, pode contribuir a alterar a dinâmica das organizações produtivas, em especial *a maneira de trabalhar*, assim como as *representações sobre o trabalho*, de homens e mulheres.

Distinguindo entre as “fábricas masculinas” e as “fábricas femininas rigorosamente vigiadas”, típicas do período fordista, e as possíveis “fábricas reconfiguradas” que estariam surgindo no contexto dos processos de reestruturação, Reygadas afirma que os estudos de gênero, além de continuar investigando e visibilizando o caráter assimétrico, inequitativo e opressivo das relações de gênero no trabalho, deveriam também começar a dedicar atenção a outros aspectos. Entre eles os efeitos que tem, ou poderiam ter, a *ação das mulheres* sobre a organização do trabalho, ou, em outras palavras, a eficácia reestruturadora que poderia surgir da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, assim como das mudanças mais gerais nas regras que regulam as relações entre os gêneros que vem ocorrendo no conjunto da sociedade.

Dessa forma o autor recoloca no centro da discussão sobre a transformação do trabalho no contexto da reestruturação produtiva (e das culturas do trabalho a elas associadas), a importância de considerar as distintas subjetividades e, em especial, as distintas formas e expressões da *ação dos sujeitos* (no caso as mulheres) como um elemento constitutivo dessas novas configurações.

Dois outros artigos tratam ainda da incorporação das mulheres no mercado de trabalho, desta vez focalizando as transformações no setor agro-industrial a partir dos processos de globalização no Sul da Argentina (Monica Bendini e Cristina Pescio) e no Nordeste do Brasil (Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Juliana Vilar Ramalho Ramos e Ana Cristina Belo da Silva). Ambos analisam a fruticultura de exportação e mostram claramente a construção social de mercados de trabalho diferenciados, com a presença de mulheres concentrada em algumas etapas do processo produtivo, especialmente a seleção e a embalagem. Os dois artigos parecem analisar, no entanto, momentos distintos do processo. Considerados trabalhos delicados e que exercem de fato o controle de qualidade da fruta que será exportada, essas tarefas, ainda que nem sempre auferindo salários muito mais altos, parecem conferir uma valorização significativa ao trabalho da mulher, como no caso do Nordeste do Brasil. O caso argentino, no entanto, mostra que após uma fase inicial onde essa realidade era também percebida, a progressiva automatização do processo de seleção da fruta expulsou as mulheres desse nicho e levou a uma crescente pauperização desse segmento da força de trabalho.

O trabalho de Fernando Pozos, por sua vez, evidencia a dificuldade de captar as transformações na estrutura do emprego feminino a partir de grandes processos macroeconômicos. Numa interessante tentativa de estabelecer relações entre as alterações na estrutura de emprego feminino em Guadalajara, México, percebidas a partir de 1987 e da implementação do NAFTA (o novo tratado de livre comércio da América do Norte), o autor chama atenção para importantes aspectos da diferenciação por gênero surgidos (ou intensificados) a partir da intensificação dos processos de globalização.

Finalmente, o artigo de Vera Soares encontra-se de fato na fronteira das temáticas que caracterizam as duas primeiras seções deste volume. De um lado, a autora realiza um levantamento das reivindicações femininas existentes nos Acordos e Convenções Coletivas de algumas categorias de assalariados no Brasil, iluminando o difícil processo de construção da presença feminina no mundo sindical. De outro, a partir de entrevistas com trabalhadoras metalúrgicas, enfoca a relação entre a família e o trabalho, concentrando a análise na vivência da maternidade pelas mulheres trabalhadoras. Seu texto enfatiza, uma vez mais, a dificuldade de conciliar essas duas vivências, maternidade e trabalho. Essa dificuldade provem de muitos fatores, entre eles a ausência de equipamentos adequados para o cuidado dos filhos, e as imagens de gênero de empresários e gerências que associam as mulheres trabalhadoras, principalmente a partir do momento em que tem filhos, à inadequação, ineficiência, altos custos e baixa produtividade no trabalho. Mas o artigo se

preocupa principalmente em discutir de que maneira a associação (naturalizada e quase exclusiva) entre a mulher e o cuidado dos filhos está interiorizada entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras, referindo-se centralmente a dois aspectos: por um lado, à pressão dos maridos para que as mulheres deixem de trabalhar a partir do momento em que se transformam em mães; por outro, à aceitação, por um grande número de mulheres, de que esses dois papéis são inconciliáveis, o que as leva, muitas vezes, a renunciar ao trabalho assalariado após a maternidade. A autora apresenta também indícios de novas tendências que vem surgindo entre operárias mais jovens e com militância sindical que, a partir da vivência da mesma contradição (ou seja, a dificuldade de conciliar os papéis de mãe e de trabalhadora), optam por renunciar à maternidade, com o objetivo de manter-se no mercado de trabalho. Longe de representar uma solução, essa tendência parece ser mais uma expressão da dificuldade de encontrar uma alternativa para a repartição das tarefas reprodutivas que seja menos onerosa para as mulheres.

Estratégias familiares e trabalho, representações e trajetórias

As contribuições reunidas nessa seção evidenciam, de diferentes maneiras, outros aspectos através dos quais a Sociologia do Trabalho latino-americana e, em particular, os estudos de gênero, vem contribuindo para tornar mais complexa a noção de trabalho e de classe trabalhadora, e, nessa medida, vem se tornando capaz de apreender melhor as profundas transformações que vem se dando em nossas sociedades.

Nestes textos isso aparece, em primeiro lugar, através do espaço dedicado à análise de personagens cuja presença nos estudos de gênero e trabalho tem sido até agora reduzida: as microempresárias (Carmen Vildoso), as mulheres profissionais e executivas (Luz Gabriela Arango) e os homens (Agustín Escobar). Em segundo lugar, através da ênfase na discussão das trajetórias sociais e de trabalho de homens e mulheres, que tem o mérito de ampliar a crítica ao determinismo, já mencionada acima, ao focar a relação família-trabalho-trajetórias individuais.

O artigo de Luz Gabriela Arango, ao comparar trajetórias e processos de construção de identidades de operárias e executivas chama atenção para o fato, em primeiro lugar, de que esse não tem sido um tema muito explorado nos estudos latino-americanos sobre o trabalho das mulheres. Problematicando a idéia de que as trajetórias de trabalho e vida das operárias estariam fortemente determinadas pelas estratégias de sobrevivência de suas famílias, nas quais o

papel e as possibilidades das mulheres apareceriam como necessariamente subordinados, a autora prefere pensar a família como um espaço em que se produz algum tipo de negociação entre os seus membros.

As interrelações entre família e mercado de trabalho formam igualmente parte importante da análise realizada por Carmen Vildoso e Eliana Monteiro Moreira quanto apresentam o caso de pequenas empresárias por conta própria (respectivamente do setor de confecções em Lima, Peru e na produção alimentar e na confecção na Paraíba, Brasil). A família é vista mais uma vez como um espaço de negociação conflitiva, onde interesses e imagens de gênero contribuem para que, muitas vezes, o aporte da mulher aos pequenos empreendimento seja invisibilizado.

O trabalho de Vera Lúcia Botta Ferrante também acrescenta novas contribuições para o debate sobre o determinismo familiar na vida das mulheres. Estudando o papel das mulheres em assentamentos rurais em São Paulo, Brasil, a autora contrapõe a idealização burocrática do assentamento ideal, onde a mulher estaria confinada a papéis secundários e excluídos, à difícil e conflitiva construção social do papel feminino nesses novos espaços sociais.

Finalmente, o artigo de Agustín Escobar tem o grande mérito de contribuir para que os estudos de gênero e trabalho deixem de caracterizar-se apenas pela análise da situação específica das mulheres, passando a considerar conjuntamente mulheres e homens e suas respectivas relações *com* e *no* trabalho. Nessa perspectiva - e essa é a novidade - os homens passam a ser vistos não mais como a expressão geral da classe trabalhadora; passam a ser analisados, também eles, através de uma perspectiva de gênero, ou seja, como trabalhadores homens com H minúsculo, impactados pela presença feminina no mercado de trabalho e pelas mudanças que esse processo vem provocando nas configurações familiares, nas suas identidades e nas suas estratégias pessoais.

Novas contribuições para o referencial teórico

Todos os textos acima, baseados em pesquisa direta, mostram claramente a importância de questionar as imagens de gênero tradicionais e a necessidade de desconstruir o discurso estabelecido sobre trabalhos masculinos e femininos. Alguns dos textos nesta terceira seção dão valiosas contribuições nesse sentido.

O artigo de Cristina Bruschini evidencia de que maneira a consideração da dimensão de gênero ao mesmo tempo obriga e permite uma ampliação

do próprio conceito de trabalho. A autora mostra como a existência no Brasil de uma trajetória de fértil interlocução entre pesquisadores(as) e técnicos(as) dos sistemas estatísticos nacionais tem propiciado uma rediscussão dos conceitos, indicadores e procedimentos estatísticos utilizados para medir e caracterizar o trabalho. Essa discussão tem se concretizado em algumas modificações que já foram introduzidas nos censos e pesquisas domiciliares, permitindo avanços importantes, entre eles a redefinição dos conceitos de atividade/inatividade e chefatura familiar, o que tem levado a aumentar significativamente a visibilidade da presença das mulheres no mundo do trabalho e da produção de riquezas.

Outro passo necessário para avançar na desconstrução das imagens de gênero estabelecidas é a realização de medições mais objetivas sobre as pretensas características dos comportamentos e atitudes das mulheres no trabalho (altas taxas de absenteísmo e rotatividade, elevados custos indiretos, baixa produtividade, demasiada interferência da vida doméstica no trabalho, etc.). A inexistência (ou enorme insuficiência) dessas medições contribui muito para manter a discussão sobre o trabalho feminino – e as decisões concretas tomadas pelos empresários a esse respeito – em um terreno fortemente marcado por mitos e preconceitos. É disso que trata o artigo de Sandra Lerda e Rosalba Todaro, um estudo de caso realizado em 1996 em 12 empresas chilenas, no qual as autoras discutem os diversos componentes do conceito de *custos do trabalho*. Um dos objetivos principais das autoras com essa discussão conceitual, bem como com a tentativa de medição desses indicadores para homens e mulheres, é verificar se existe um fundamento objetivo para a idéia, frequentemente presente entre os empresários, de que os *custos indiretos* das mulheres trabalhadoras são muito elevados, o que justifica uma série de resistências, seja à sua contratação, seja a qualquer tipo de investimento em termos de seu treinamento e promoção.

Os dois outros trabalhos desta seção dão uma significativa contribuição para a discussão teórica de dois importantes temas ligados à perspectiva de gênero.

O artigo de Elizabeth Bortolaia Silva analisa uma extensa bibliografia internacional sobre o desenvolvimento de tecnologias para o trabalho doméstico face aos limites do padrão tradicional da divisão do trabalho no lar entre os sexos. Discutindo três tipos de teorias sobre tecnologias domésticas, a autora mostra como as variações na divisão do trabalho doméstico entre os gêneros, nos países de industrialização mais avançada, estão associadas ao aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho. Ao considerar, numa perspectiva comparativa, a especificidade do caso brasileiro, a autora

questiona como circunstâncias nacionais particulares desafiam a abrangência das teorias discutidas.

Finalmente, o trabalho de Cristina Câmara e Paola Cappellin faz uma revisão da literatura internacional para apresentar o debate sobre o acesso e o uso dos direitos da cidadania e os limites decorrentes das desigualdades entre homens e mulheres, a partir da perspectiva analítica de gênero. As autoras argumentam que revisitar o conceito de cidadania à luz dessas questões é fundamental, uma vez que as assimetrias de gênero se desenvolvem em ritmos diferenciados e que o acesso da mulher ao “corredores do poder econômico e político” é ainda extremamente seletivo. Essa realidade traz consigo um novo desafio: saber como realizar a corresponsabilidade social e a solidariedade coletiva, na medida em que é preciso um suporte coletivo e organizacional que responda às individualidades complexas e multifacetadas. Em outras palavras, o que está em jogo na sociedade contemporânea é a necessidade de imaginar como uma solidariedade coletiva pode ser fomentada aceitando a interdependência entre indivíduos e instituições.

A riqueza das contribuições aqui apresentadas certamente tornará esta coletânea uma referência obrigatória para os estudiosos das questões de gênero e trabalho na região.

Rio de Janeiro e Santiago, dezembro de 1997.